



Masculinidade, literatura e colonialismo em *Marie* (1912), de H. Rider Haggard

EVANDER RUTHIERI DA SILVA*

A aproximação entre História e Literatura associa-se a um contexto de expansão dos métodos e fontes mobilizados por historiadores em seu afã de interpretar e problematizar a experiência humana no tempo pretérito. É por meio desta perspectiva que narrativas literárias passam a ser vistas como elementos estruturantes de experiências sociais de homens e mulheres nas tramas do cotidiano, portanto, tornam-se substratos privilegiados para o escrutínio de visões de mundo, dos rastros fragmentários e impressões verossímeis das razões e sensibilidades. Ademais, estas abordagens possibilitam pensar a relação da literatura na legitimação pública de macroprocessos políticos, portanto, em associação a um aporte metodológico que visa conectar personagens e cenários ficcionais aos seus contextos históricos e culturas políticas de produção e difusão. A ênfase recai sobre o potencial da ficcionalidade em fornecer chaves de leitura para a complexidade inerente aos fatos e processos políticos, de modo que o ponto de partida da análise pressupõe a possibilidade de problematizar a imaginação literária na articulação da experiência histórica de literatos e romancistas, bem como de muitos dos seus contemporâneos (HORSLEY, 1990, p.8).

No que diz respeito ao lugar dos textos literários na chamada Era dos Impérios do último quartel do século XIX, atenção especial tem recaído sobre o papel destas ficções na promoção de imaginários dos encontros interétnicos e interculturais tramados nas fronteiras geopolíticas dos interesses coloniais, em particular, no território que abarca o atual estado sul-africano, dividido no período em questão entre as Colônias britânicas do Cabo e de Natal, os protetorados e territórios nativos, e as repúblicas bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange. Os conflitos interétnicos ocasionados na região, sobretudo entre britânicos, bôeres e Zulus, bem como o acirramento de disputas econômicas derivadas pelas descobertas de jazidas auríferas e diamantíferas em Kimberley e Witwatersrand nas décadas de 1870 e 1880, atraíram o interesse do público leitor na metrópole, e isto não apenas na imprensa periódica, mas também e sobretudo na literatura de entretenimento e de aventura, gênero ficcional que galgou o *status* de *best-selling* no mercado editorial finissecular.

Os romances de aventura, ao articularem sensibilidade romântica, o gosto pelo exótico e os insidiosos paradigmas do racialismo vulgarizado, promoveram interpretações de práticas

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



culturais, da violência interétnica e das resistências africanas nos processos de implantação dos sistemas coloniais. Serializados em periódicos ou vendidos em edições produzidas a baixo custo, a literatura aventuresca apresentava as práticas políticas coloniais enquanto fenômenos familiares a seus leitores por traduzirem as empreitadas do Império ao cerne do cotidiano, simultaneamente informando seu público a respeito das relações entre metrópoles e colônias (HALL; ROSE, 2007). Tais ficções tornam-se espaço de expressão das ansiedades e das incertezas de seus produtores no que se refere às crises políticas e a certo sentimento de perda colonial, em especial, no caso sul-africano, após a perda do território do Transvaal, em 1881, que marcou o fracasso dos projetos de confederação no final da década de 1870; a polêmica gerada pelo fracassado golpe anexacionista em Jameson Raid, mobilizado pelo magnata da mineração e Primeiro Ministro do Cabo, Cecil Rhodes, em 1895; e, de 1899 a 1902, a longa e tortuosa guerra sul-africana, travada entre bôeres e britânicos e edulcorada por experiências de segregacionismo nos campos de concentração, os quais, ao impactarem a opinião pública na metrópole, tornaram-se amplamente sugestivas da esfera de contradições internas inerentes às práticas políticas coloniais (MEREDITH, 2008; KREBS, 1999).

Diante deste panorama contextual, a literatura aventuresca reveste-se de relevância ao estudo das “paixões políticas” (ANSART, 1997) características do imperialismo oitocentista: o amor pela expansão, a conquista pela conquista, em um misto de arrogância e respeito. Se o imperialismo propiciou, como afirma Hannah Arendt, a emancipação política das classes médias, foi no heroísmo colonial que muitos de seus leitores refestelavam-se em busca de alívio e compensação emocional ou financeira de seus próprios limites: simulacro do que Ian Watts denomina de “mito do individualismo moderno” e que tem no Robinson Crusóe de Daniel Defoe seu protótipo, é este pequeno herói que inspira muitos colonizadores a deixarem a Europa para, nas palavras do imperialista alemão Carl Peters, “*pertencer a uma raça de senhores*” (ARENDR, 1989, p.220). Tratam-se de romances que, ao acompanharem as sagas de seus heróis conquistadores e aventureiros, formulam imagens de uma virilidade revitalizada pelas condições adversas nas colônias; um novo homem que, distante das restrições morais e das convenções sociais, exerce sua liberdade em fantasias literárias de triunfo econômico e, no final das contas, político, ao engajar-se fervorosamente nas sendas do império para garantir sua manutenção. Deste segmento social, ressentidos por sua própria subalternidade e ansiosos pela ascensão social e protagonismo político, poderíamos ainda acrescentar um elemento que, na perspectiva do historiador Peter Gay, revestiu-se com expressividade na cultura finissecular: a valorização da agressividade, a articulação de



hostilidades sociais ao projetarem nos outros o seu próprio infortúnio, enfim, o ódio inflamado enquanto força motriz de ações políticas.

Na base da produção de álibis que justificassem a violência, encontravam-se as teorias raciais, elaboradas com amplo amparo em índices antropométricos e leituras fisiognômicas, bem como as suas vulgarizações, afinal, as teses geradas por intelectuais encontravam forte ressonância no público geral, inclusive as classes médias, pois estavam adequadas aos seus interesses e ansiedades. O racismo, ademais, por toda a sua insídia e perniciosidade, fornecia atrativos aos colonizadores em regiões com populações majoritariamente negras, entrelaçando complexas raízes emocionais e não menos complexas consequências políticas. Como afirma Peter Gay, “o século [XIX] apresentou o que se chamava de explicações científicas para odiar ou desprezar os estrangeiros. (...) Inócuas, na melhor das hipóteses, as teorias racistas que na era vitoriana liberaram tanta agressão socialmente aceitável eram um punhado de noções mutuamente contraditórias e de especulações biológicas ou históricas” (GAY, 1995, p.77).

O entrecruzamento de tais questões – a paixão pela expansão, o ressentimento político e o cultivo do ódio racial – fornecem elementos para a análise da produção literária do romancista H. Rider Haggard (1856-1925), com ênfase em seu romance histórico *Marie*, publicado originalmente em formato folhetinesco em 1911, e em tomo único no ano seguinte, portanto, em período posterior à União Sul-Africana (1910), que oficializou a formação do estado nacional moderno na África do Sul. A narrativa literária é ambientada durante o período da “grande jornada”, o *Great Trek* da década de 1830, isto é, a migração de colonos bôeres que, insatisfeitos com a crescente esfera de influência britânica, deixam a Colônia do Cabo rumo ao interior do subcontinente. O romance foi estruturado a partir das experiências de Rider Haggard com a administração colonial na África do Sul, afinal, o letrado integrou, em 1875, a equipe administrativa de Henry Bulwer, tenente-governador da Colônia de Natal, e atuou junto a Theophilus Shepstone na anexação da república bôer do Transvaal às posses britânicas em 1877. Aqui, convém destaque à expressão de Hannah Arendt – “homens supérfluos” (ARENDDT, 1989, p.219) – ao referenciar esta estirpe de arrivistas sociais que, tal qual Haggard em sua juventude, tornam-se párias e sem valor em suas pátrias de origem e, de formas efetivas ou simbólicas, criam para si certa compensação emocional em uma autoimagem de aventureiros estóicos em terras distantes e estranhas. Isto porque, se julgarmos por suas memórias narradas na autobiografia redigida em 1912, Haggard era considerado como uma “criança estúpida” e “lunática” (HAGGARD, 1926, p.5), um rapaz magricela e tedioso, incapaz de atender às expectativas de sua família, conservadores com laços na aristocracia



rural do interior britânico, e enviado por seu pai à África do Sul para ocupar um cargo não-comissionado.

A inserção no aparato administrativo das colônias sul-africanas, e o fervoroso engajamento com a anexação do Transvaal possibilitaram sua ascensão imediata à elite colonial branca na África do Sul, e deixaram marcas inegáveis em sua produção literária. Ainda no período sul-africano, Haggard remeteu um texto à *The Gentleman's Magazine*, em 1877, intitulado *A Zulu War-Dance*. No artigo, observa a presença britânica na África do Sul como parte do “espírito da justiça” que sempre prevalece quando “a mão forte e agressiva da Inglaterra agarra alguma parte fresca da superfície terrestre” (HAGGARD, 1877, p.94). Autoridade e responsabilidade paternalista entrelaçam-se na retórica imperial de Haggard, somado a acidez que, cá e acolá, em sua correspondência particular quanto em seus romances posteriores, direciona aos modelos democráticos em vigência, sobretudo se favoráveis, no caso britânico, ao Partido Liberal, que acusa pela eventual devolução do Transvaal aos bôeres no fim da guerra de 1881, ação que ressente em suas memórias narradas como “uma grande traição”, “cujo amargor o tempo não pode obliterar ou diminuir” (HAGGARD, 1926, p.194). Aqui, observamos o “temido efeito bumerangue” do imperialismo, ímpeto pela concatenação da política doméstica com a política externa, de modo a minar valores liberais de democracia e “organizar o país para a pilhagem de territórios alheios e a degradação permanente de povos estrangeiros” (ARENDDT, 1989, p.185).

Marie, que inaugura uma trilogia de romances dedicados ao que Haggard considerava como eventos formativos da nação sul-africana, sobrepõe os destinos individuais de personagens britânicos, bôeres e africanos, a um plano de fundo histórico – a grande jornada de 1836 que, no último quartel do século XIX, era eleita por setores da emergente historiografia colonial, em particular do nacionalismo *afrikaner*, como mito de origem e elemento fundacional da própria identidade nacional sul-africana. Além disso, por incorporar na narrativa o contato de bôeres com os Zulus e seu monarca, Dingaan, *Marie* fornece interpretações a respeito da *mfecane* (“esmagamento”) entre 1815 e 1838, neologismo utilizado pela historiografia para descrever um período de significativas mudanças entre os africanos na região que corresponde a partes da Colônia de Natal e do Transvaal. Na óptica de Haggard, trata-se de um fenômeno zulucêntrico, que, tal qual pressuposto por alguns historiadores coloniais daquele período, nominalmente George McCall Theal e James Stuart, amigo pessoal de Haggard, visava reforçar o caráter expansionista dos Zulus e culpabilizar seus monarcas Chaka e Dingaan pela intensificação do índice de violência interétnica na



região, frequentemente descrevendo-os sob uma perspectiva racista enquanto selvagens sanguinolentos e tiranos (RICHNER, 2005).

Marie atua igualmente enquanto um *bildungsroman*, isto é, um romance de formação, ao narrar a juventude do herói caçador Allan Quatermain, sua participação no *Great Trek* e conflitos com os Zulus, bem como o destino trágico de sua primeira esposa, a titular Marie Marais, filha de um dos *vootrekkers*. Estes elementos evidenciam as conexões entre a imaginação literária, as práticas políticas coloniais e códigos de masculinidade, ao cingirem cenários demarcados pelo ódio racial e por exhibições da agressividade viril: é aqui, no passado violento de formação da África do Sul, que Haggard remete a formação de seu próprio herói, o qual nega seguir a carreira de seu pai, um missionário protestante que atuava na Colônia do Cabo, para ingressar nas forças militares enviadas à defesa dos interesses coloniais pela ocasião dos conflitos entre britânicos e Xhosas que ocorreram entre 1834 e 1836 na fronteira oriental do Cabo e na região do rio Keiskamma. Como afirma Haggard no prólogo do texto, é de um “período manchado de sangue” que ele visa narrar, e dedica o romance a seu antigo empregador em Natal, Henry Bulwer, descrito pelo autor como “um cavalheiro inglês tal como ele deve ser” (HAGGARD, 1912, s.p.) – evidência, portanto, das articulações simbólicas entre virilidade e imperialismo no texto literário em questão.

É neste cenário de violência que Haggard narra a juventude de seu herói, em meio aos projetos expansionistas do monarca zulu, Dingaan, e da constante suspeição bôer contra as ações do protagonista anglo-saxônico. A virilidade de Quatermain, pressuposto primário nas elaborações literárias sobre a expansão colonial, adquire tons militaristas e aventureiros: é junto às forças de defesa militar da colônia que o herói é ovacionado, em suas palavras “por ações galantes, tais como proteger um camarada ferido durante a ameaça do fogo inimigo, em geral de lanças, e por penetrar na noite, praticamente sozinho, no âmago da fortaleza de um chefe, e atirar contra ele”. Ao retornar ao lar, no fim da guerra, Quatermain “não é mais um rapaz, mas um homem com experiência” e conclui, ao narrar o episódio no exército, que ao lidar com oficiais britânicos, o jovem teve “a oportunidade de estudar as ideias e os costumes de um cavalheiro inglês” (HAGGARD, 1912, p.102). O tédio da missão religiosa em que atua seu pai impele Quatermain à aventura, sobretudo, ao salvar a amada Marie e os compatriotas bôeres da malfadada rota de migração que, ao levá-los para o interior do subcontinente, conduz a mortes por doenças, fome e conflito com populações locais. O *Great Trek*, em sua interpretação literária, circunscrita entre a história e a memória, é sintetizado como momento



de martírio bôer, sobretudo pela morte de seus líderes, e simultaneamente como evidência do caráter trágico inerente ao mito de fundação da comunidade imaginada.

A virilidade militar de Quatermain, somada à coragem e bravura, o destemor ao correr riscos, estava alinhavada ao que Sylvain Venayre interpreta como uma potência política do discurso da aventura: a conquista colonial é apresentada como ação de jovens homens movidos pelo espírito da aventura, uma forma ideológica que afirma a superioridade das “forças vivas” da nação (VENAYRE, 2001), sobretudo em carreiras profissionais associadas à manutenção das colônias. Além disso, as duas longas cenas de caças protagonizadas por Quatermain no romance propiciam ao protagonista, nas palavras de Haggard, que ele se tornasse “um herói em pequena escala” (HAGGARD, 1912, p.212), e não estavam apartadas de muitas narrativas de viajantes e exploradores no continente africano a partir da década de 1880, ao exemplo de Henry Morton Stanley ou Richard Francis Burton, os quais intensificaram um interesse de europeus por safáris ao conectarem descrições de perigo, exotismo e proeza viril com as armas.

Estas narrativas desempenham um papel geopolítico, já que a escassez de caça nas regiões litorâneas força os viajantes e aventureiros ao interior do continente, expandindo assim as fronteiras de interesses coloniais. O fato de Quatermain aceitar a proposta dúbia de Dingaan aponta ainda a outro elemento recorrente nas atividades esportivas e nas caças realizadas por homens brancos no interior africano, isto é, a percepção de que a expansão das regiões almeçadas pelas políticas colonialistas, sobretudo pela *British South Africa Company*, companhia de colonização fundada por Cecil Rhodes em 1889, não ocorre de modo uniforme, mas sim a partir de negociações, comprometimentos e instâncias de coerção ou cooperação com as populações e elites locais. Além disso, certos saberes a respeito da flora e da fauna fornecidos por informantes africanos eram apropriados, incorporados ou descartados pelos europeus, situação metaforizada em *Marie* pelos encontros entre Allan e os personagens nativos, tais como seu lacaios Hans, a idosa no vilarejo Tonga e a zulu Naya, que durante seu aprisionamento informa Quatermain a respeito de uma “variedade de assuntos”, entre os quais “a história dos Zulus e de tribos semelhantes, ou a personalidade de Chaka¹, o grande rei” (HAGGARD, 1912, p.294). Adicionalmente, a dependência com relação ao conhecimento de nativos africanos complexifica e desestabiliza um dos componentes críticos da masculinidade

¹ Chaka [sic], Shaka Zulu, Tshaka, ou ainda Shaka kaSenzangakhona (1787-1828), foi um dos principais monarcas Zulus no início do século, responsável pelo movimento de expansão e militarização do reino no território entre os rios Tugela e Pongola. Foi assassinado por seu meio-irmão, Dingaan



idealizada e incorporada no imaginário destes vitorianos: a ideia de que o continente africano possibilita o corolário máximo da liberdade de ação destes aventureiros, questão central na revitalização da virilidade imaginada pelos romances de aventura (THOMPSELL, 2015, pp.42-72). De toda a forma, os triunfos da virilidade, por intermédio das cenas de caças, ilustram a imaginação colonial em Haggard, articulando cenários de bravura e proezas físicas:

Eu não era mais o mesmo homem. Minhas dúvidas e terrores haviam desaparecido; minha mão era firme como rocha; meu coração estava iluminado. Eu sabia que precisava matar aqueles três abutres. É claro, a história pode parecer absurda, e fácil de ser explicada pelo estado dos meus nervos sob a pressão que estava submetido, e sei que isso pode ser seu verdadeiro significado (HAGGARD, 1912, p.192).

A construção da virilidade de Allan Quatermain em *Marie* ainda ocorre de modo relacional, isto é, em articulação ou oposição a outros personagens da trama, especialmente Hernan Pereira, que fornece um anti-modelo de virilidade e hibridismo racial, pois trata-se de um vilão híbrido de bôer e português, além de uma metáfora ao que Haggard observava como a falência dos projetos políticos coloniais portugueses na região da Baía de Maputo, que descrevera em 1882 como estando “inteiramente nas mãos dos nativos” (HAGGARD, 1882, p.94). Finalmente, a relação entre Marie e Allan, em especial após tornarem-se noivos, possibilita pensar em alguns dos elementos principais na confirmação das características viris de homens adultos no final do século, isto é, o abandono da solteirice, carregada de ambiguidades nas narrativas culturais do período, e a expectativa de edificar um lar – microcosmo da nação e do Império, como bem demonstrou Anne McClintock (2010) – sustentado pelas atividades produtivas do marido.

Porém se as colônias são interpretadas por Haggard como espaços de revitalização viril e possibilidade de amor masculino, a resolução final sugere a incompatibilidade destes valores, e a impossibilidade da vida doméstica ou no âmbito familiar para Quatermain. A morte de Marie, a aniquilação dos núcleos familiares bôeres e a destruição de Maraisfontein, lar da família de Marie, são sugestivos das novas configurações subjetivas de virilidade após a década de 1880, momento em que a domesticidade passa a ser associada por muitos homens a rotinas tediosas e restrições femininas. No *fin-de-siècle*, o nível ascendente de homens solteiros e de afiliações a clubes de exclusividade masculina, bem como o anseio por possibilidades de aventura, seja pela prática de esportes, nos exércitos coloniais ou no consumo de literatura, evidenciam a recusa do espectro da domesticidade pressentida por



Allan no início de sua jornada: “e então, deixamos o nosso amor para voltar as atenções à guerra” (HAGGARD, 1912, p.27).

A título de considerações parciais, convém enfatizar que a literatura de aventura e entretenimento, voltada às massas de leitores, desempenha evidente papel político, pois se obstina a demonstrar, ao lado de narrativas de missionários, viajantes e antropólogos, o que considerava como os traços naturais de crueldade e ignorância dos povos a serem conquistados. O imaginário das colônias enquanto territórios de absoluta liberdade e ausência de restrições morais estava conectado a fantasias de masculinidade revitalizada a partir da violência descomedida e desregrada (DEANE, 2011). Ao entretecer leitores, estes romances evocavam o que Hannah Arendt afirmou ser “um mundo que oferecia possibilidades infinitas para crimes em nome da diversão, para uma mistura de horror e de riso” (ARENDR, 1989, p.220). Portanto, tais imagens de heroísmo, aventura ou masculinidade no contexto imperialista não são frívolas e tampouco inofensivas, pois intencionam a legitimação pública de violências concretas e simbólicas, práticas segregacionistas ou de extermínio, que legaram cicatrizes inegáveis à África colonial.

Referências

- ANSART, Pierre. *Los clinicos de las pasiones políticas*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1997.
- ARENDR, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DEANE, Bradley. Imperial boyhood: Piracy and the Play Ethic. *Victorian Studies*, v.53, n.4, 2001, pp.689-714.
- GAY, Peter. *A experiência burguesa: o cultivo do ódio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- HALL, Catherine; ROSE, Sonya. Introduction: being at home with the Empire. In: HALL, Catherine; ROSE, Sonya (orgs.). *At Home with the Empire: Metropolitan Culture and the Imperial World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- HORSLEY, Lee. *Political fiction and the historical imagination*. Basingstoke: Macmillan, 1990.
- KREBS, Paula M. *Gender, race and the writing of empire: public discourse and the Boer War*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MEREDITH, Martin. *Diamond's, Gold and War: the British, the Boers and the Making of South Africa*. Nova York: Public Affairs, 2008.



RICHNER, Emil J. *The historiographical development of the concept 'mfecane' and the writing of Early Southern African History, from the 1820s to 1920s*. Dissertação de Mestrado. Grahamstown: Rhodes University, 2005.

THOMPSELL, Angela. *Hunting Africa: British Sport, African Knowledge and the Nature of Empire*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

VENAYRE, Sylvain. Une histoire des représentations : l'aventure lointaine dans la France des années 1850-1940. In: *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, v. 84, 2001, pp.93-112.

WATT, Ian. *Myths of Modern Individualism: Faust, Don Quixote, Don Juan, Robinson Crusoe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Fontes:

HAGGARD, Rider. A Zulu War-Dance. *The Gentleman's Magazine*, v.241, julho de 1877, pp.94-107.

HAGGARD, H. Rider. *The Days of My Life*, 2 vols. Londres: Longmans, 1926.

HAGGARD, H. Rider. *Cetywayo and his white neighbors*. Londres: Paul, Trench & Trubner, 1882.

HAGGARD, H. Rider. *Marie, An Episode in the Life of the late Allan Quatermain*. Nova York: Longmans, Green and Co., 1912.